



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, ORÇAMENTO E FINANÇAS
COORDENADORIA ADMINISTRATIVA E DE INFRAESTRUTURA
SEÇÃO DE ENGENHARIA

TERMO DE REFERÊNCIA

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE INSPEÇÃO MENSAL, MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA COM FORNECIMENTO DE PEÇAS** PARA OS SISTEMAS DE COMBATE A INCÊNDIO E PÂNICO DO CENTRO DE OPERAÇÕES DA JUSTIÇA ELEITORAL – COJE, DO EDIFÍCIO DO FÓRUM DA CAPITAL E EDIFÍCIO SEDE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL/RN.

1. CONDIÇÕES GERAIS DE CONTRATAÇÃO.

- 1.1. Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de inspeção mensal, manutenção preventiva e corretiva com fornecimento de peças e insumos para os sistemas de combate a incêndio e pânico instalados em três edificações da Justiça Eleitoral: Centro de Operações da Justiça Eleitoral – COJE, edifício do Fórum Eleitoral da Capital e edifício sede da Tribunal Regional Eleitoral do RN, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.
- 1.2. Os serviços de inspeção mensal, manutenção preventiva e corretiva contemplarão, dentro do prazo de vigência do contrato, os seguintes itens:

LOTE	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANT/ 05 anos	PERIODICIDADE
1	1	Serviços de inspeções mensais, manutenção preventiva e corretiva do sistema de combate a incêndio e pânico do prédio do FÓRUM DA CAPITAL com área construída de 2.706,62 m².	mês	60	mensal
	2	Serviços de inspeções mensais, manutenção preventiva e corretiva do sistema de combate a incêndio e pânico do prédio SEDE DA SECRETARIA com área construída de 16.296,83 m².	mês	60	mensal
	3	Serviços de inspeções mensais, manutenção preventiva e corretiva do sistema de combate a incêndio e pânico do prédios do COJE - Centro de Operações da Justiça Eleitoral com área construída de 5.988,70 m².	mês	60	mensal
	4	Serviços de manutenção dos extintores de	unid	1705	Anual / Quantidade

	incêndio com carga de pó químico seco, classe BC de 4/6 kg , com emissão de relatórios, <u>conforme definições da NBR 12962:2016.</u>			para 05 anos de contrato.
5	Serviços de recarga dos extintores de incêndio com carga de pó químico seco, Classe BC de 4/6 kg.	unid	1705	Anual/Quantidade para 05 anos de contrato.
6	Serviços de manutenção dos extintores de incêndio com carga de água pressurizada, 10 litros , com emissão de relatórios, <u>conforme definições da NBR 12962:2016.</u>	unid	1050	Anual / Quantidade para 05 anos de contrato.
7	Serviços de recarga dos extintores de incêndio com carga de água pressurizada, 10 litros.	unid	1050	Anual/Quantidade para 05 anos de contrato.
8	Serviços de manutenção dos extintores de incêndio com carga de CO₂, de 6 kg com emissão de relatórios, <u>conforme definições da NBR 12962:2016.</u>	unid	475	Anual / Quantidade para 05 anos de contrato.
9	Serviços de recarga dos extintores de incêndio com carga de carga de CO₂, de 6 kg.	unid	475	Anual/Quantidade para 05 anos de contrato.
10	Serviços de manutenção anual de todas as mangueiras de incêndio <u>conforme a NBR 12779:2009 com emissão de relatório definido pela norma.</u>	unid	440	Anual / Quantidade para 05 anos de contrato.
11	Serviços de manutenção anual dos passa cordas e ganchos: inspeção e manutenção dos elementos de passa corda instalados na cobertura do edifício sede.	unid	180	Anual / Quantidade para 05 anos de contrato.
12	Empenho para pagamento de SERVIÇOS ESPECIALIZADOS para os sistemas de combate a incêndio, conforme definido no subitem 5.9 deste Termo de Referência.	R\$	25.000,00 / 05 anos	Por demanda
13	Empenho para fornecimento de PEÇAS para os sistemas de combate a incêndio, conforme definido no subitem 5.10 deste Termo de Referência.	R\$	25.000,00 / 05 anos	Por demanda.

** Todas as quantidades referem-se ao prazo total de vigência do contrato, de 05 (cinco) anos, mas devem obedecer às suas respectivas periodicidades de execução.*

- 1.3. Os itens/serviços acima não podem ser parcelados pois se trata de manutenção contínua e de natureza bastante específica por exigência de norma do Corpo de Bombeiros. Não faria sentido que uma empresa, realize a manutenção de um item e outra empresa realize as outras manutenções. Isso geraria ineficiência e inviabilizaria o compromisso com o Corpo de Bombeiros para emissão do AVCB - Atestado de Vistoria do Corpo de Bombeiros, caso uma dessas empresas não fosse contratada sem falar da dificuldade em estabelecimento de responsabilidade do prestador de serviço em caso de defeito no equipamento por falha nas manutenções. Dessa forma os serviços não serão parcelados e constituirão um único lote.
- 1.4. O objeto desta contratação consiste em serviços de manutenção preventiva e corretiva em sistemas de combate a incêndio, que é caracterizado como serviço comum de engenharia, na forma do art. 7º da Lei

5.194/1966¹, e não se caracteriza como obra de engenharia. A nova Lei de Licitação (14.133/2021) coaduna sobre essa caracterização do referido objeto, conforme abaixo:

Art. 6º...

*XXI – **serviço de engenharia**: toda atividade ou conjunto de atividades destinadas a obter determinada utilidade, intelectual ou material, de interesse para a Administração e que, não enquadradas no conceito de obra a que se refere o inciso XII do caput deste artigo, são estabelecidas, por força de lei, como privativas das profissões de arquiteto e engenheiro ou de técnicos especializados, que compreendem:*

*a) **serviço comum de engenharia**: todo serviço de engenharia que tem por objeto ações, objetivamente padronizáveis em termos de desempenho e qualidade, **de manutenção**, de adequação e de adaptação de bens móveis e imóveis, com preservação das características originais dos bens;* (Lei 14.133/2021, grifo meu)

- 1.5. A caracterização do objeto deste Termo de Referência como serviço comum de engenharia obriga a Administração a exigir ART de responsabilidade técnica de engenheiro responsável pela execução dos serviços, na forma da Lei 5.194/1966 e da Resolução-CREA 218/1973:

Art. 1º – Para efeito de fiscalização do exercício profissional correspondente às diferentes modalidades da Engenharia, Arquitetura e Agronomia em nível superior e em nível médio, ficam designadas as seguintes atividades:

(...)

*Atividade 05 - **Direção de obra e serviço técnico**;(...)*

*Atividade 11 - **Execução de obra e serviço técnico**;(...)*

*Atividade 14 - **Condução de trabalho técnico**;(...)*

*Atividade 15 - **Condução de equipe de instalação, montagem, operação, reparo ou manutenção**;*

*Atividade 16 - **Execução de instalação, montagem e reparo**;*

*Atividade 17 - **Operação e manutenção de equipamento e instalação**;(...), grifos meus)*

- 1.6. O prazo de vigência da contratação é de 05 (cinco) anos contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 05 (cinco) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021. Justificamos a contratação pelo prazo inicial de 05 (cinco) anos, em razão da vantajosidade econômica quanto aos custos iniciais da Contratada que serão absorvidos durante todo esse prazo, sobretudo se for necessária a aquisição de insumos para execução dos serviços, gerando uma economia aos cofres do Contratante, diferentemente do que ocorreria se o contrato fosse celebrado pelo prazo de apenas 01 (um) ano, já que os custos iniciais seriam idênticos e absorvidos em prazo inferior. Soma-se a isso a possibilidade de oferta de valores mais vantajosos para o Tribunal já que contratar com 05 (cinco) anos torna-se mais interessante para o mercado que o contrato para 01 (um) ano.
- 1.7. O serviço é de natureza continuada tendo em vista que há necessidade constante da manutenção a fim de não só manter todo o sistema de combate a incêndio em perfeito funcionamento, mas para garantir que o Corpo de Bombeiros emita o AVCB, de forma que as rotinas de manutenção a serem adotadas nesses equipamentos se repetirão em todos os anos. Dessa forma a vigência do contrato de mais de um ano, com possibilidade de prorrogação por mais anos dentro dos termos da Lei nº 14.133/2021 e deste Termo de Referência é a mais vantajosa para a Administração.
- 1.8. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de 01 (um) ano contado da data do orçamento estimado, em anexo ao Edital ou aviso de dispensa eletrônica.
- 1.9. Após o intervalo de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 1.10. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o intervalo mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 1.11. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

¹ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5194.htm

- 1.12. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 1.13. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO.

- 2.1 A função primordial dos sistemas de combate a incêndio e pânico é a proteção de vidas, em segundo lugar e não menos importante vem a questão patrimonial que assume destaque não só pelo valor monetário das edificações, mas também em razão da perda de ação das edificações que estarão interditadas por anos, ou mesmo sendo demolidas, em prejuízo da prestação dos serviços para os quais foram construídas.
- 2.2 No caso aqui tratado, a garantia de funcionamento das edificações está diretamente ligada à prestação jurisdicional eleitoral.
- 2.3 Atualmente o TRE/RN tramita processo para contratação de serviços técnicos de engenharia no sentido de obter o Plano de Emergência, que nada mais é que o manual de operações dos diversos dispositivos de combate a incêndio e pânico das edificações.
- 2.4 Com isso abre-se uma lacuna que é a necessidade de garantia do funcionamento desses sistemas, ou seja, não há segurança contra incêndio em se ter o plano de emergência e não garantir o funcionamento.
- 2.5 A correta manutenção dos sistemas é a única maneira de evitar atropelos e falhas na detecção e combate inicial aos focos de incêndio evitando sua propagação e por conseguinte o pânico, desocupação da edificação, etc.
- 2.6 Somente com a efetivação de rotinas específicas de manutenção destes sistemas é que poderemos mitigar os pequenos incidentes evitando que se tornem fora de controle.
- 2.7 Isso vem de forma concreta a evitar interferências indesejadas no combate ao fogo como o não funcionamento de determinado equipamento no exato momento em que o mesmo não deveria falhar.
- 2.8 A falha de um só equipamento de combate a incêndio no exato momento em que não deveria falhar, pode desencadear o pânico nos ocupantes da edificação pela simples desconfiança nos outros sistemas, e com isso o gerenciamento do risco perde a credibilidade tendendo a ir de um fato localizado a um descontrole geral.
- 2.9 Assim o gerenciamento do risco de nada adiantará se não dispuser de equipamentos confiáveis e disponíveis a qualquer tempo, o que nos remete à necessidade de rotinas de manutenção dos citados equipamentos a fim de garantir a vida dos ocupantes, objetivo principal de gerenciamento de riscos de incêndio.
- 2.10 Aliado a isso, temos a exigência do Corpo de Bombeiros do Estado que requer a responsabilidade técnica pela manutenção dos equipamentos, isso visa trazer de forma indireta a confiabilidade no funcionamento dos sistemas em caso de sinistro.
- 2.11 Portanto, o objetivo desta contratação é obter a manutenção dos sistemas como forma de prover os três maiores prédios deste Regional, a saber: prédio sede da secretaria, prédio do Fórum Eleitoral da Capital e prédios do Centro de Operações da Justiça Eleitoral do RN de manutenção preventiva e/ou corretiva a fim de garantir o perfeito funcionamento de todos os sistemas disponíveis no combate a incêndios e evitar a sua propagação.
- 2.12 O TRE/RN não pode prescindir dos serviços terceirizados de manutenção, indispensável à eficácia do funcionamento dos diversos sistemas que garantirão a preservação de vias e ainda do patrimônio público.
- 2.13 Como requisitos legais podemos listar algumas normas da ABNT que regem critérios de manutenção e funcionamento e fundamenta legalmente o pedido de contratação aqui formulado:
- NBR nº 12779 da ABNT estabelece os critérios para Inspeção e manutenção de mangueiras de incêndio;
 - NBR nº 13.714 da ABNT estabelece os critérios para manutenção de hidrantes e mangotinhos;
 - NBR nº 12.962 da ABNT estabelece os critérios para inspeção e manutenção de extintores de incêndio.
 - NBR 11742 estabelece os critérios de instalação e funcionamento das portas corta fogo.

- 2.14 O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual – PCA do TRE/RN de 2023, conforme detalhamento a seguir:

I) Código da demanda no PCA do TRE/RN de 2023: ENG.XOO_23.26.;

II) Publicado no Portal de Transparência da Justiça Eleitoral do RN.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO E DEFINIÇÕES

- 3.1. O objeto do contrato consiste na realização de inspeções mensais, manutenções preventivas e corretivas nos equipamentos, conforme estabelecido na tabela do subitem 1.2, com informações subsidiadas nos subitens 3.6 e 3.7 deste Termo de Referência juntamente com os projetos das edificações em anexo, e ainda conforme as definições a seguir.
- 3.2. Inspeções mensais - Conjunto de atividades voltadas à conferência das características técnicas dos equipamentos e seu correto funcionamento, segundo preceitos normativos, de forma a identificar quaisquer irregularidades nos diversos sistemas de combate a incêndio e pânico que impeçam o seu funcionamento. Ao final da rotina de inspeção deverá ser apresentado relatório completo da vistoria, apontando quais soluções deverão ser implementadas a fim de sanar impropriedades no sistema.
- 3.3. Manutenção Preventiva – Conjunto de verificações periódicas mensais destinadas a evitar a ocorrência de falhas ou de desempenho insuficiente dos componentes dos sistemas, definidas em função das características dos seus componentes, em conformidade com as orientações técnicas dos seus fabricantes ou fornecedores. Consiste em testar e verificar periodicamente todos os componentes e peças dos equipamentos, indicando substituição daquelas que apresentarem desgaste ou deficiências, em fiel observância ao disposto nas normas específicas listadas no subitem 2.13 e outras que tratem de serviços de manutenção em bombas de pressurização, tubulações, etc.
- 3.4. Manutenção Corretiva – Atividade de manutenção executada **após** a ocorrência de falha ou constatação de desempenho insuficiente dos componentes dos sistemas. Consiste na correção, no ato e sempre que houver necessidade, de todas as irregularidades que constituírem defeitos ou anomalias nos sistemas, substituindo peças e/ou componentes defeituosos, mediante aprovação prévia de orçamento de materiais, apresentado pela empresa que vier a ser Contratada, acompanhado de explicações, por escrito, sobre a ocorrência do dano e a necessidade de substituição de peça.
- 3.5. Sistemas de combate a incêndio – instalações voltadas a extinção do incêndio (extintores portáteis, sistemas de *sprinklers*, sistema de hidrantes, inclusive sistemas de pressurização, recalque e drenagem, mangueiras de incêndio, portas corta-fogo, pára raios e aterramentos, bombas hidráulicas de pressurização, sistema de alarme, sinalização) que em conjunto e no perfeito funcionamento permitirão debelar focos de incêndio, facilitar a evacuação da edificação, e por assim dizer, proteger vidas.
- 3.6. Os equipamentos a receberem inspeção/manutenção estão listados por edificação e de forma quantitativa visando dar a magnitude dos trabalhos:

QUANTITATIVOS DO SISTEMA DE COMBATE A INCÊNDIO					
EDIFÍCIO SEDE					
DADOS PRINCIPAIS					
Área Construída (m²)	16.296,80		População Fixa	407	
Nº Pavimentos (und)	8		População Móvel	50	
Altura Edificação (m)	21,6				
	ESPECIFICAÇÃO BOMBAS				

Hidrantes	BOMBA CENTRÍFUGA MONOESTÁGIO SCHNEIDER MODELO BPI 22-R, 7,5 CV, 380 V, WEG									
Sprinklers	BOMBA CENTRÍFUGA MONOESTÁGIO SCHNEIDER MODELO BPI 22-R, 10 CV, 380 V, WEG									
SISTEMA	SS2	SS1	TÉRR EO	1º PAV	2º PAV	3º PAV	4º PAV	5º PAV	ÁTIC O	TOTAL
Hidrantes	4	4	5	4	4	4	4	4	-	33
Mangueiras (2 x 15m)	8	8	10	8	8	8	8	8	-	66
Extintor portátil APL H ₂ O 10L	7	7	12	6	4	6	6	5	3	56
Extintor portátil PQS 6 Kg	7	7	14	7	4	6	6	5	-	56
Extintor portátil CO ₂ 6 kg	-	-	5	5	2	6	6	5	3	32
Porta Corta Fogo	2	2	2	2	2	2	2	2	2	18
Sirene de Alarme	3	3	4	4	4	4	4	4	-	30
Botoeira Alarme	3	3	4	4	4	4	4	4	-	30
Sprinklers	163	201	102	31	53	44	44	48	-	686
Bombas de Incêndio	-	-	-	-	-	-	-	-	2	2
Pará-raio	-	-	-	-	-	-	-	-	4	4
Sinalização Emergência	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Luminária Emergência	22	22	36	16	18	15	15	18	-	162
Central de Alarme	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1
Válvula de Fluxo	-	-	-	-	-	-	-	-	2	2
Passa-Corda	-	-	-	-	-	-	-	-	36	36

FÓRUM					
DADOS PRINCIPAIS					
Área Construída (m²)	2.706,62		População Fixa	74	
Nº Pavimentos	2		População Móvel	100	
Altura Edificação (m)	6				
		ESPECIFICAÇÃO BOMBAS			
Hidrantes	BOMBA CENTRÍFUGA 5 CV BPI-22 R/F 2 1/2, 380 V, WEG				

SISTEMA	SS1	TÉRREO	COB.	TOTAL
Hidrantes	1	2	-	3
Mangueiras (2 x 15m)	2	4	-	6
Extintor portátil APL H ₂ O 10L	5	10	-	15
Extintor portátil PQS 6 Kg	5	10	-	15
Extintor portátil CO ₂ 6 kg	2	1	-	3
Porta Corta Fogo	-	-	-	0
Sirene de Alarme	2	1	-	3
Botoeira Alarme	2	1	-	3
Bombas de Incêndio	-	-	1	1
Pará-raio	-	-	2	2
Sinalização Emergência	-	-	-	0
Luminária Emergência	10	17	-	27
Central de Alarme	-	1	-	1
Válvula de Fluxo	-	-	1	1

COJE					
DADOS PRINCIPAIS			População Fixa		55
Área Construída (m²)	5.988,70		População Móvel		250
Nº Pavimentos	3				
Altura Edificação (m)	6				
		ESPECIFICAÇÃO BOMBAS			
Hidrantes	CONJUNTO MOTOR BOMBA 5CV, VAZÃO 28,80 m³/h				
SISTEMA	TÉRREO	MEZANI NO	COB.	TOT AL	
Hidrantes	6	2	-	8	
Mangueiras (2 x 15m)	12	4	-	16	
Extintor portátil	120	19		139	

APL H ₂ O 10L				
Extintor portátil PQS 6 Kg	30	60		90
Extintor portátil PQS 4Kg	120	60		180
Extintor portátil CO ₂ 6 kg	30	30		60
Porta Corta Fogo	-	-	-	0
Sirene de Alarme	-	-	-	0
Botoeira Alarme	-	-	-	0
Sprinklers	-	-	-	0
Bombas de Incêndio	-	1		1
Pará-raio				0
Sinalização Emergência	-	-	-	0
Luminária Emergência				0
Central de Alarme	-	-	-	0
Válvula de Fluxo	-	1		1

3.7. Abaixo apresentamos a rotina de alguns serviços estabelecidos por força de normativos e servirão de embasamento na formação da proposta, juntamente com os projetos das edificações e a tabela do subitem 3.6 acima:

ROTINAS DE MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE COMBATE À INCÊNDIO						
SISTEMAS	ETAPA	VERIFICAÇÕES	PERIODICIDADE			NORMA
			M E N S A L	S E M E S T R A L	A N U A L	
PORTA CORTA FOGO	INSPEÇÃO	Verificação do funcionamento da PCF: fechamento automático e facilidade de abertura. pintura, inspeção de todos os componentes (molas, travas, ferrolhos e Barra antipânico),	X			NBR 11742/03
	MANUTENÇÃO	Lubrificação de partes móveis e substituição de partes quebradas ou defeituosas, exceto pintura		X		

ILUMINAÇÃO EMERGÊNCIA	INSPEÇÃO	verificar o funcionamento das luminárias autônomas fazendo o acionamento pelo desligamento da energia (tomada) apontar os achados que necessitem de manutenção em relatório para providencias	X			NBR 10898/99
		Verificar o funcionamento dos sistemas de iluminação alimentados pelo grupo moto-gerador em parceria com a empresa que presta manutenção do gerador, apontar os achados que necessitem de manutenção em relatório para providencias		X		
EXTINTORES	CONFERÊNCIA PERIÓDICA	verificar se o extintor está desobstruído, em condições de operação, instalação e sinalização adequada, verificar o nível de carga, lacre, estado geral do extintor, conforme item 5.1 da Norma	X			NBR 12962/16
	INSPEÇÃO	Verificação detalhada a fim de definir o nível de manutenção a que vai ser submetido o extintor, conforme item 5.2 da Norma		X		
	MANUTENÇÃO	A depender do tipo de manutenção definida na inspeção, os extintores deverão ser submetidos a todos os requisitos definidos no subitem 5.3 da Norma.			X	
		Teste hidrostático dos equipamentos cuja data do último ensaio seja igual ou superior a cinco anos, ou inexistência deste ensaio conforme Norma			X	
SISTEMA DE EXTINÇÃO DE INCÊNDIO COM AGENTE LIMPO NOVEC™ 1230 3M™	INSPEÇÃO	Verificação de toda a tubulação de distribuição dentro do CPD e difusores se estão desobstruídos	X			NBR 17240
	MANUTENÇÃO	Verificar a pressão do cilindro. Caso apresente perda superior a 10%, enviar imediatamente o cilindro para manutenção em empresa certificada pela TYCO FIRE PROTECTION PRODUCTS ANSUL		X		
HIDRANTES, MANGOTINHOS E MANGUEIRAS	INSPEÇÃO	verificar se as mangueiras estão enroladas corretamente, e com os todos os dispositivos dentro do abrigo	X			NBR 13714/00, NBR 12779/02, apresentar relatório conforme Anexo F da IT nº 22 do CBM-RN
		Verificar se existem obstruções no acesso ao abrigo e aos equipamentos e se as válvulas, mangueiras e esguichos permitem fácil acesso, inclusive porta do abrigo, pintura da caixa e sinalização adequada		X		

	MANUTENÇÃO	Efetuar manutenção em registros e caixas quando necessário		Quando necessário		
		Efetuar teste de estanqueidade da mangueira de incêndio			X	
ALARME DE INCÊNDIO	INSPEÇÃO	Verificar se existe espaço livre mínimo de 1m² em frente a cada botoeira	X			NBR 17240/10
		Verificar se tem identificação na Central de Alarme e as Sirenes do Prédio e o estado de conservação dos acionadores		X		
	MANUTENÇÃO	Fazer a correta manutenção do sistema com troca de peças caso necessário		Quando necessário		
SINALIZAÇÃO DE EMERGÊNCIA	INSPEÇÃO	Verificar se todos os equipamentos de combate a incêndio, saídas de emergência e rotas de fuga estão devidamente sinalizados	X			NBR 14434/04
	MANUTENÇÃO	Retificar a sinalização no que for preciso	X			
PARA RAIOS	INSPEÇÃO	Inspeção para atestar se o SPDA está conforme projeto, se os equipamentos estão em bom estado, conexões, e fixações;			X	NBR 5419
	MANUTENÇÃO	Substituição de peças danificadas		Quando necessário		
PASSA CORDA E GANCHOS	INSPEÇÃO	Verificar danos ao equipamento, parafusos, fixação, pintura, etc			X	
	MANUTENÇÃO	Providenciar o reparo e instalação		Quando necessário		
SISTEMAS DE PRESSURIZAÇÃO	INSPEÇÃO	Verificação dos sistemas de pressurização do <i>sprinklers</i> , hidrantes, drenagens do subsolo, e alimentadores dos reservatório superior	X			
	MANUTENÇÃO	Adoção das providências necessárias. Caso necessário reparo em motores/bombas deverá ser solicitada autorização para subcontratação com orçamentos válidos.		Quando necessário		
LAUDO DE ACEITAÇÃO DO SISTEMA	LAUDO	Emissão de laudo a ser apresentado ao Corpo de Bombeiros a fim de obtenção do AVCB			X	NBR 13714/1998

- 3.8. Considerando o primeiro mês de contrato como marco inicial de aferição da qualidade da prestação dos serviços, a contratada deverá realizar a inspeção e a manutenção preventiva de todos os equipamentos e a manutenção corretiva daqueles que apresentarem alguma impropriedade na inspeção inicial, visando adequá-los e a partir do segundo mês realizar as manutenções regulares conforme estabelecido acima.

- 3.9. O serviço a ser contratado enquadra-se na classificação de serviços comuns de Engenharia, pois os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos, sem a necessidade de fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva.
- 3.10. O serviço a ser contratado enquadra-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.
- 3.11. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 4.1. A contratação decorre de serviço essencial, que deve ser executado de forma contínua. Os serviços prestados de forma contínua são aqueles que, pela sua essencialidade, visam atender à necessidade pública de forma permanente, por mais de um exercício financeiro, assegurando a vida dos ocupantes das edificações, a integridade do patrimônio público e/ou funcionamento das atividades finalísticas do órgão ou entidade, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional.
- 4.2. Como pré-requisito para assinatura do contrato, a empresa deverá comprovar que está habilitada a realizar manutenção preventiva e corretiva em sistemas de combate a incêndio através de habilitação técnica a ser explanada em subitem específico deste Termo de Referência.
- 4.3. Devido à especificidade de alguns equipamentos e sistemas, será admitida a subcontratação de alguns serviços necessários à completa manutenção dos sistemas e que fujam à *expertise* da empresa, como recarga de extintores, teste hidrostático de mangueiras de incêndio, contudo, não será admitida a subcontratação integral do objeto .
- 4.4. Não será obrigatório que a futura contratada possua sede ou filial no RN, contudo as manutenções deverão seguir o plano definido pela contratante, de forma presencial, seguindo critérios técnicos e normativos, sem que o quesito distância ou dificuldade de logística possa ser utilizado como justificativa para atrasos, inexecuções ou mesmo interfira no resultado pretendido.
- 4.5. A exigência de garantia da contratação será definida por setor competente.
- 4.6. Com o encerramento da vigência, havendo ou não transição contratual, a Contratada se obriga a realizar a transferência das informações do histórico das manutenções e serviços realizados, à Seção de Manutenção do TRE/RN, ou à outra empresa que vier a ser contratada, a seu critério.
- 4.7. Antes da formação dos seus preços, a licitante poderá realizar exame suficientemente minucioso nos projetos e nas edificações com objetivo de verificar as condições locais de trabalho e manuseio, antever os serviços, os fornecimentos necessários e as possíveis dificuldades técnicas a serem enfrentadas durante a execução do objeto, bem como quantificar o reflexo das demandas e dos obstáculos identificados nos valores propostos para a prestação desses serviços.
- 4.8. Para efeito de participação ou habilitação das empresas participantes do procedimento licitatório, **NÃO SERÁ EXIGIDA** a apresentação de atestado de visita e vistoria, comprovando que efetuaram vistoria dos locais de execução dos serviços.
- 4.9. **PORÉM**, na hipótese de vir a Licitante a se sagrar vencedora da licitação e, conseqüentemente, assinar o decorrente Contrato com a Administração, o fato de não haver sido efetuada essa visita não poderá, em qualquer hipótese, vir a ser alegado como causa de desconhecimento de fatores e condições locais, em favor de eventuais pretensões de acréscimo aos preços unitários propostos e aceitos pela Comissão Permanente de Licitação.
- 4.10. A não realização de vistoria não exime a contratada da responsabilidade pelo fiel cumprimento do objeto, não sendo admitidas declarações posteriores de desconhecimento de fatos que venham a dificultar ou a impedir a execução dos serviços.
- 4.11. A Contratada não poderá alegar a não realização de vistoria com a finalidade de alterar o valor da proposta ou deixar de executar os serviços objeto desta contratação.
- 4.12. Caso a empresa opte pela vistoria, deverá agendar por meio do telefone (84) 3654-5282, de segunda a sexta-feira, entre 8h30 e 17h00 com a Seção de Engenharia do TRE/RN.

- 4.13. A empresa Contratada deverá obrigatoriamente indicar um preposto responsável pelo acompanhamento da execução do contrato. A indicação do preposto deve ser oficializada em documento devidamente assinado por seu representante legal. Neste documento deverão ser informados os contatos do preposto tais como telefone, endereço eletrônico, número de contato para aplicativo de mensagens instantâneas e local para atender seus empregados bem como a indicação dos poderes e deveres do preposto em relação à execução do objeto contratado.
- 4.14. Para fins de controle de acesso por parte do Contratante, a empresa Contratada deverá apresentar a relação dos seus empregados alocados para a prestação dos serviços, contendo nome completo, número da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF).
- 4.15. Para assinatura do contrato será exigido da empresa vencedora do certame:
- 4.15.1. Prova de registro ou inscrição do licitante vencedor junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA;
- 4.15.2. Declaração emitida pelo proponente de que conhece as condições locais para execução do objeto, inclusive os equipamentos, e que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assumindo total responsabilidade por este fato e não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a contratante.
- 4.15.3. Caso o responsável técnico habilitado no certame não possa realizar o serviço, a contratada deverá formalmente requerer junto a Administração a substituição do profissional por outro de igual habilitação segundo critérios estabelecidos no tópico 11 deste Termo de Referência.
- 4.15.4. Após a assinatura do contrato, a empresa Contratada deverá apresentar em até 5 (cinco) dias úteis, como pré-requisito para a convocação de início dos serviços (subitem 5.6 deste Termo de Referência), a ART devidamente quitada, nela constando o nome da empresa contratada e do responsável técnico pela execução dos serviços objeto desta contratação.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

- 5.1. O contrato para prestação dos serviços de manutenção preventiva e corretiva discriminados neste Termo de Referência **terá a duração de 05 (cinco) anos**, podendo ser prorrogado na forma permitida pelos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.
- 5.2. Deverão ser analisadas as condições de prestação dos serviços e estudados minuciosamente todos os elementos das especificações (subitens 3.6 e 3.7 deste Termo de Referência) e demais dados fornecidos pelo Contratante, antes da apresentação das propostas, sendo aconselhável que se informe ou questione o Contratante sobre qualquer eventual incoerência, erro, inconsistência, falha ou omissão que forem constatados.
- 5.3. A execução do contrato consiste na realização da rotina de inspeção, recarga e manutenção com execução periódica ou por demanda de serviços de manutenção preventiva e corretiva conforme listado na tabela do subitem 1.2 e demais informações do subitem 3.6 observada a periodicidade mínima prevista nos planos de manutenção definidas no subitem 3.7 deste Termo de Referência e sempre que ocorram fatos que determinem intervenções eventuais.
- 5.4. Os serviços incluem o fornecimento pela Contratada de toda a mão de obra especializada, ferramentas, equipamentos, inclusive de proteção individual - EPI's, e demais insumos necessários à prestação integral, tempestiva e adequada para o cumprimento do objeto deste Termo de Referência.
- 5.5. O detalhamento da proposta deverá trazer discriminado as unidades e quantitativos constantes na tabela do subitem 1.2, ressaltando que a proposta das manutenções preventivas devem abranger todos os serviços constantes nos planos de manutenção descrito no subitem 3.7 e em todos os equipamentos listados no subitem 3.6.
- 5.6. Após a assinatura do contrato, a contratada deverá apresentar a ART - Anotação de Responsabilidade Técnica devidamente quitada junto ao conselho, emitida pelo responsável técnico habilitado no pregão, em até 5 (cinco) dias úteis. Após apresentação, será convocada por e-mail para iniciar a prestação dos serviços deste Termo de Referência, e conforme descrição do subitem 1.2 deste TR, a Contratada será convocada para reunião inicial para dar início aos serviços de forma ordenada e de acordo com as rotinas definidas no subitem 3.7
- 5.7. Oportunamente, informamos que sob nenhuma hipótese será admitida a prestação parcial dos serviços ou a sua execução em desacordo com as especificações técnicas trazidas neste Termo de Referência ou com as normas e recomendações técnicas aplicáveis aos equipamentos, mediante a argumentação de que qualquer

parcela de custo incidente sobre atividade imprescindível à adequada finalização dos serviços deixou de ser considerada pela Contratada na formação do seu preço. Assim, os valores orçados para a proposta correspondem aos únicos valores que a Contratada receberá para cumprimento do objeto desta contratação.

- 5.8. Caso ocorra algum equipamento apresentar mau funcionamento, a empresa será acionada para empreender manutenção corretiva não programada e não abarcada por outros itens de serviço periódicos. O objetivo é sanar as falhas funcionais, que são aquelas que ocorrem quando o equipamento deixar de desempenhar sua função ou não está desempenhando como esperado, nos seguintes termos:
 - 5.8.1. Manutenção Corretiva: Manutenção efetuada após a ocorrência de uma falha com a finalidade de recolocar o equipamento de volta em condições de funcionamento.
 - 5.8.2. A contratada, ao ser chamada para realizar manutenção corretiva, deve realizar, dentre outros, os serviços de:
 - 5.8.2.1. Consertos em geral nos equipamentos relacionados no subitem 3.6, inclusive substituição de peças, e ainda conforme tabela do subitem 1.2 deste Termo de Referência;
 - 5.8.2.2. Caso necessário a substituição de peças, a contratada deverá apresentar orçamento para aprovação pelo fiscal do contrato;
 - 5.8.2.3. No caso de não existirem peças de reposição originais indicadas pelo fabricante dos equipamentos, poderão ser utilizadas peças similares, desde que autorizado pelo fiscal do contrato;
 - 5.8.2.4. Ocasional recuperação de peças, no caso excepcional de comprovação de falta da peça no mercado, que venha a inviabilizar o acionamento do item 10 da tabela do subitem 1.2 deste Termo de Referência;
 - 5.8.3. Para a realização da manutenção corretiva, o Contratante fará a abertura de chamados técnicos para a solução do problema, por meio de mensagem eletrônica (email), mensagem por meio de aplicativo ou telefone.
 - 5.8.4. O chamado deverá ser atendido obrigatoriamente em no máximo dois dias úteis a contar da notificação.
 - 5.8.5. O chamado técnico não corresponde a cada visita feita ao local onde se encontra o aparelho defeituoso, mas ao atendimento completo, desde a comunicação à contratada até a conclusão, independente da quantidade de visitas e procedimentos realizados para esse fim.
 - 5.8.6. O chamado técnico será considerado concluído quando o equipamento voltar ao seu funcionamento normal, devidamente atestado pela fiscalização do contrato, ou até a emissão de laudo técnico justificando a impossibilidade de recuperação e substituição definitiva do mesmo.
 - 5.8.7. O equipamento que, por motivos técnicos, não puder ser consertado no local será retirado pela Contratada, mediante prévia aprovação e avaliação do Fiscal do Contrato, ficando a mesma inteiramente responsável pela integridade física do equipamento durante a retirada, transporte, substituição de peças e manutenção, sem qualquer ônus para o Contratante.
 - 5.8.8. A Contratada deverá arcar com todos os custos e recursos para retirar e transportar os equipamentos defeituosos para o local da oficina, assim como para o retorno para seu local de origem.
- 5.9. O item 9 da tabela do subitem 1.2, corresponde a empenho específico para pagamento de serviços que fujam à *expertise* da empresa ou que por algum motivo técnico não esteja no rol de serviços aqui contratado:
 - 5.9.1. Os serviços extras apontados como resultado de chamado técnico ou inspeção periódica que, obrigatoriamente deverão estar relacionados com algum item da tabela 1.2, terão que ser detalhados em orçamento e somente serão executados após receber prévia autorização;
 - 5.9.2. Serão considerados serviços não relacionados com a *expertise* da empresa aqueles que comprovadamente são desenvolvidos por setores específicos do mercado ou que por algum motivo técnico não possam ser desempenhados pela contratada, devendo ser justificado através de laudo técnico;
 - 5.9.3. O serviço extra autorizado, será incluído pela FISCALIZAÇÃO na próxima medição do contrato.
 - 5.9.4. O valor reservado para o item 9 da tabela do subitem 1.2 está sendo estimado para a vigência do contrato e corresponde a um valor fixo, não poderão ser alterados por lances dos licitantes e

integrarão o valor do contrato. O valor a ser lançado na proposta comercial será de R\$25.000,00 para serviços extras conforme definido acima.

5.10. O item de fornecimento de PEÇAS (item 13 da tabela do subitem 1.2) corresponde ao custo de aquisição de peças, componentes e acessórios quando haja necessidade de substituição de peças e componentes defeituosos (ou em tempo de troca) que constituam partes integrantes do equipamento, bem como acessórios que venham a ser necessários para o equipamento.

- 5.10.1. As peças a que se refere este subitem são aquelas referentes aos equipamentos listados na tabela do subitem 3.6;
- 5.10.2. Não serão incluídos no item 13 da tabela do subitem 1.2 os insumos necessários à manutenção periódica, como ferramentas, óleos, lubrificantes, materiais de limpeza, entre outros, os quais deverão estar inclusos nos custos das manutenções preventivas da tabela do subitem 1.2.
- 5.10.3. As peças a serem fornecidas neste item deverão ser novas, sem uso e originais, de acordo com as especificações técnicas. Só serão admitidas peças que não sejam de acordo com as especificações das edificações no caso de comprovada falta no mercado nacional.
- 5.10.4. Como resultado de chamado técnico ou inspeção periódica que indique custo com peças, a Contratada apresentará orçamento de aquisição das peças, sendo que os custos de mão de obra dos serviços de substituição deverão estar previstos pelos itens de manutenção preventiva ou corretiva, conforme o caso.
- 5.10.5. O orçamento da peça, após aprovado pela FISCALIZAÇÃO, será incluído na próxima medição do contrato.
- 5.10.6. Quando a substituição de peça não tiver caráter de urgência, poderá, a critério da Fiscalização, ser adquirida a peça e ser aproveitado o próximo serviço de manutenção preventiva para aproveitamento de mão de obra para a respectiva substituição.
- 5.10.7. O valor reservado para este item 10 da tabela do subitem 1.2 está sendo estimado para a vigência do contrato e corresponde a um valor fixo.
- 5.10.8. Os valores estimados para PEÇAS (item 13 da tabela 1.2) neste Termo de Referência não poderão ser alterados pelos lances dos licitantes e integrarão o valor do contrato. O valor a ser lançado na proposta comercial será de R\$25.000,00 para aquisição de peças durante a vigência contratual.

5.11. Ocorrendo chamado técnico, ou durante as inspeções e manutenções periódicas, ao se identificar, para o bom funcionamento e durabilidade dos sistemas de combate a incêndio e pânico, alguma peça ou serviço que não estejam contemplados no item de manutenção preventiva previsto na tabela do subitem 1.2, a Contratada deve emitir laudo técnico descrevendo o problema e apresentando justificativas técnicas para a necessidade da intervenção e/ou aquisição da respectiva peça, a fim de embasar o acionamento do item 9 ou 10 da tabela do subitem 1.2.

5.12. Todos os serviços deverão ser realizados em consonância com as especificações e recomendações do fabricante dos equipamentos, com as normas técnicas da ABNT e, na ausência destas, de normas internacionais consagradas no meio técnico e com as demais condições constantes deste Termo de Referência.

5.13. Os **serviços de manutenção preventiva e corretiva serão prestados no:**

- 5.13.1. Edifício Sede e Fórum da Capital, ambos localizados na avenida Rui Barbosa, 215, bairro Tirol, Natal-RN;
- 5.13.2. Centro de Operações da Justiça Eleitoral – COJE, localizado na Rua da Torre, nº 215, bairro Tirol, Natal-RN, próximo ao Parque das Dunas.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. As comunicações entre o Contratante e a Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

- 6.3. Após a assinatura do contrato, o Contratante poderá convocar o representante da empresa Contratada para reunião inicial de apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da Contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
- 6.4. O conjunto de atividades de gestão e fiscalização compete ao gestor do contrato e ao fiscal ou equipe de fiscalização, podendo ser nomeado fiscal técnico, administrativo, setorial e pelo público usuário.
- 6.5. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- 6.6. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário
- 6.7. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência
- 6.8. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
- 6.9. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- 6.10. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
- 6.11. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
- 6.12. O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.
- 6.13. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
- 6.14. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.
- 6.15. Compete à gestão e fiscalização do contrato:
- a) Acompanhar a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas neste Termo de Referência e no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração Contratante;
 - b) Manter registro das visitas técnicas de manutenção preventivas realizadas pela Contratada;
 - c) Manter registro dos chamados técnicos corretivos, se houver, onde conste: data do chamado, o nome do servidor/fiscal que o efetuou e um resumo do defeito;
 - d) Ordenar à Contratada corrigir, refazer ou reconstituir as partes dos serviços executados com erros, imperfeições, procedimentos e materiais inadequados, determinando prazo para execução;
 - e) Acompanhar e aprovar os serviços executados;

- f) Atestar o recebimento provisório e definitivo dos serviços.
- g) No caso de não ser atendida, dentro de 2 (dois) dias úteis, a contar da entrega da Ordem de Serviço ou comunicação correspondente, relativa a qualquer reclamação sobre defeito em serviço executado ou em material ou equipamento, é assegurada à fiscalização a faculdade de ordenar a suspensão dos serviços, sem prejuízo das penalidades a que ficar sujeita a Contratada e sem que esta tenha direito a indenização.
- h) Proporcionar todas as facilidades necessárias à boa execução dos serviços, permitindo, inclusive, livre acesso às instalações, quando solicitado pela Contratada ou seus empregados em serviço;
- i) Prestar todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada e que se referem a questões surgidas no transcurso dos serviços, que não dependam de fatores que deveriam ter constado da proposta ou sido esclarecidos antes da elaboração do Termo de Referência;
- j) Autorizar, quando necessário, a saída de equipamentos a serem reparados fora da sede do Contratante;
- k) Informar ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;
- l) Informar ao gestor do contrato qualquer ocorrência que possa inviabilizar a execução do contrato nos prazos estabelecidos;

7. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

7.1. A demanda especificada neste Termo de Referência tem como base as seguintes características:

- 7.1.1. Inspeção mensal, manutenção preventiva e, caso necessário, corretiva nos equipamentos relacionados na tabela do subitem 3.6, conforme plano de manutenção descrito no subitem 3.7 e seguindo as quantidades definidas na tabela do subitem 1.2, além de outras condições definidas neste Termo de Referência;
- 7.1.2. Recarga de extintores devendo seguir o plano de manutenção descrito no subitem 3.7 e quantidades definidas na tabela do subitem 1.2, além de outras condições definidas neste Termo de Referência;
- 7.1.3. O preço pela execução dos serviços deverá contemplar os itens de serviços que compõem o objeto do contrato, conforme tabela do subitem 1.2 deste Termo de Referência, nas quantidades ali descritas, para todo o período de vigência do contrato;
- 7.1.4. O preço deverá contemplar a mão de obra necessária à completa realização dos serviços de manutenção descritos neste Termo de Referência e seus anexos, inclusive os encargos sociais, lucro da empresa, equipamentos e ferramentas, equipamentos de proteção individual, material de limpeza, etc;
- 7.1.5. O custo dos materiais consumíveis (lubrificantes, óleos, graxas, material de limpeza, etc.) e ferramentas utilizadas nas atividades de manutenção corretivas e preventivas, deverão estar incluídos na proposta;
- 7.1.6. Como condição de aceitação da proposta, os valores estimados para SERVIÇOS (item 12 da tabela do subitem 1.2) neste Termo de Referência não poderão ser alterados por lances dos licitantes e integrarão o valor da proposta e do contrato. O valor a ser lançado na proposta comercial será de R\$25.000,00 para contratação de serviços extras durante a vigência contratual.
- 7.1.7. Como condição de aceitação da proposta, os valores estimados para PEÇAS (item 13 da tabela do subitem 1.2) neste Termo de Referência não poderão ser alterados por lances dos licitantes e integrarão o valor da proposta e do contrato. O valor a ser lançado na proposta comercial será de R\$25.000,00 para aquisição de peças durante a vigência contratual.

8. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 8.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com o contrato e seus anexos.
- 8.2. Receber os serviços no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência.
- 8.3. Prestar aos empregados da Contratada todas as informações e esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados e indicar os equipamentos e as áreas onde os serviços serão executados.
- 8.4. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção.
- 8.5. Notificar a Contratada, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas nos serviços executados, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.
- 8.6. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações assumidas pela Contratada.
- 8.7. Comunicar à Contratada para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.8. Efetuar o pagamento à Contratada do valor correspondente à execução dos serviços, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Termo de Referência.
- 8.9. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da Contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da Instrução Normativa nº 05/2017 – SEGES/MPDG.
- 8.10. Aplicar à Contratada as sanções previstas na lei e neste Termo de Referência.
- 8.11. Cientificar as instâncias jurídicas do TRE/RN para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela contratada.
- 8.12. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução dos serviços, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.13. A Administração Contratante terá o prazo de 30 (trinta) dias corridos, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.14. Responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pela Contratada no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos.
- 8.15. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto da contratação.
- 8.16. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.
- 8.17. Arquivar, entre outros documentos, orçamentos, termos de recebimento provisório e definitivo, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas.
- 8.18. Não responder por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 8.19. Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

8.20. Em caso de necessidade, solicitar eventuais adequações de horários e escalas de execução dos serviços para melhor atender a necessidade do TRE/RN.

8.21. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

8.21.1. Exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto;

8.21.2. Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar na empresa Contratada;

8.21.3. Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e

8.21.4. Considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do Contratante, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes deste Termo de Referência e de seus anexos e do contrato, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução dos serviços, observando, ainda, as obrigações dispostas neste tópico.

9.2. Manter preposto aceito pelo Contratante para representá-la na execução do contrato.

9.2.1. A indicação ou a manutenção do preposto da Contratada poderá ser recusada pelo Contratante, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou equipe de fiscalização do contrato ou autoridade superior do Contratante.

9.4. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das disposições contidas neste Termo de Referência e no Contrato, com habilitação e conhecimentos adequados, fornecendo os uniformes, materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e especificação técnica deverão atender às recomendações de mercado e da legislação de regência.

9.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal ou equipe de fiscalização do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

9.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado ao Contratante ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos.

9.7. Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização dos serviços no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.

9.8. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.9. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a Contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade

Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 4) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

- 9.10. Também deverá ser entregue até o dia trinta do mês seguinte ao do início da prestação dos serviços ao setor responsável pela fiscalização do contrato os seguintes documentos: 1) Ausência de registro da Contratada no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça; 2) Ausência de registro no Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas, mantido pela Controladoria-Geral da União; e 3) Ausência de registro no Cadastro Nacional das Empresas Punidas mantido pela Controladoria-Geral da União.
- 9.11. Comunicar ao fiscal ou equipe de fiscalização do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 9.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução dos serviços.
- 9.13. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 9.14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.
- 9.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 9.16. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações deste Termo de Referência, da proposta comercial ou instrumento congênere.
- 9.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho de menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho de menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- 9.18. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação.
- 9.19. Manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse do Contratante ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto do contrato, devendo orientar os seus empregados nesse sentido.
- 9.20. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.21. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante e instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas do Contratante.
- 9.22. Cumprir os prazos, datas e horários predeterminados pelo Contratante.
- 9.23. Apresentar no início da execução dos serviços e sempre que houver necessidade, com a relação nominal dos empregados que adentrarão no local de prestação dos serviços, com os empregados devidamente identificados por meio de uniforme, EPIs e crachá.

- 9.24. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar ao Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.
- 9.25. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.
- 9.26. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, a execução do contrato.
- 9.27. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.
- 9.28. Responder, civil e penalmente, por quaisquer danos materiais ou pessoais ocasionados, ao Contratante e/ou a terceiros, por seus empregados, dolosa ou culposamente, nos locais de trabalho.
- 9.29. Executar o primeiro serviço de manutenção preventiva em até 30 (trinta) dias corridos a partir da data de emissão da Ordem de Serviço, em data previamente agendada com a fiscalização do contrato.
- 9.30. Executar os serviços de manutenção preventiva e corretiva conforme o Plano de Manutenção estabelecido no subitem 3.7 deste Termo de Referência, visando a o perfeito funcionamento de todos os equipamentos relacionados no subitem 3.6.
- 9.31. Registrar junto ao CREA-RN a ART – Anotação de Responsabilidade Técnica – referente a execução do objeto do contrato, em até cinco dias após sua assinatura.
- 9.32. Registrar todas as ocorrências do trabalho, atividades de manutenção preventiva e corretiva, descrição de peças substituídas, bem como demais informações técnicas de interesse das partes.
- 9.33. Apresentar, junto às faturas e notas fiscais para fins de pagamento, relatório detalhado dos serviços executados, incluindo os tipos de manutenções corretivas efetuadas, indicação dos equipamentos e componentes reparados, causas prováveis do defeito, peças substituídas e data e local do serviço. Também devem constar do relatório informações sobre ocorrências incomuns nos trabalhos, condições gerais dos equipamentos e outras informações técnicas de interesse do Contratante, indicando as deficiências e sugerindo correções ou substituições.
- 9.34. Desmontar, transportar e montar equipamentos reparados dentro ou fora das dependências do TRE-RN, tais como enrolamentos de motores, tornearia e solda, recuperação de componentes elétricos, desde que previamente aprovados pela FISCALIZAÇÃO do Contratante, assumindo total responsabilidade pela qualidade, custos e cumprimento dos prazos de execução dos serviços.
- 9.35. Utilizar ferramentas e equipamentos da própria empresa e responsabilizar-se pelos danos que causar ao Contratante, por culpa ou dolo, não servindo como excludente ou redutor dessa responsabilidade o fato de haver acompanhamento e fiscalização da execução dos serviços por parte do Contratante, quando esses danos tenham sido ocasionados por seus empregados, durante a execução dos serviços objeto deste Termo de Referência.
- 9.36. Levar imediatamente ao conhecimento do Contratante qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorra durante a execução dos serviços, para a adoção das medidas cabíveis.
- 9.37. Acatar imediatamente as instruções e observações que emanem do Contratante, refazendo qualquer trabalho não aceito.
- 9.38. Fornecer ao Contratante número telefônico, inclusive de telefone celular e aplicativo de mensagens instantâneas, para contato e solicitação de manutenção corretiva. O atendimento ao chamado para manutenção corretiva deverá ocorrer no prazo de até 2 (dois) dias úteis a partir da data de envio do chamado.
- 9.39. A Contratada deverá apresentar, além do laudo justificando a necessidade de troca de peça ou contratação de serviço extra, um orçamento, próprio ou obtido junto à outra empresa do mercado, dos serviços, peças, componentes e materiais não contemplados no Contrato, a fim de que a Fiscalização avalie o acionamento do item 9 e/ou 10 da tabela do subitem 1.2 deste Termo de Referência.

9.40. A Contratada deve estar registrada ou inscrita no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas neste Termo de Referência, em plena validade.

Obrigações pertinentes à LGPD

9.41. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

9.42. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

9.43. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

9.44. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever da Contratada eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

9.45. É dever da Contratada orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

9.46. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento das disposições exigidas na LGPD, devendo a Contratada atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

9.46.1. A Contratada deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

9.47. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

9.47.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pelo Contratante nas hipóteses previstas na LGPD.

9.48. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

9.49. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

10. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

10.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo I deste Termo de Referência para aferição da qualidade da prestação dos serviços.

10.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

10.2.1. Não produziu os resultados acordados;

10.2.2. Deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas;

10.2.3. Deixou de utilizar materiais, equipamentos e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada, ou

10.2.4. Incorreu em qualquer das falhas indicadas no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo I deste Termo de Referência.

10.3. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

10.4. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios, além de outros previstos no Anexo I deste Termo de Referência:

10.4.1. Correta utilização do uniforme e EPIs;

10.4.2. Execução da metodologia correta na prestação dos serviços;

10.4.3. Grau de atenção na execução do serviço (exemplo: evitar conversa com pessoas alheias ao serviço);

10.4.4. Cordialidade no trato com os magistrados, servidores, estagiários, colaboradores, eleitores e visitantes em geral;

10.4.5. Zelo pelos equipamentos, materiais e utensílios diversos do Contratante e de terceiros;

10.4.6. Cumprimento dos prazos definidos para prestação dos serviços.

10.5. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de até 10 (dez) dias corridos, pelo fiscal ou fiscais técnico e administrativo, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

10.5.1. O prazo da disposição do subitem anterior será contado a partir do recebimento de comunicação de cobrança oriunda da Contratada com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga;

10.5.2. A comprovação da prestação dos serviços a que se refere o subitem anterior será atestada mediante entrega pela Contratada do relatório dos serviços de manutenção executados no período.

10.6. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período trimestral ou período inferior, a pedido da Contratada:

10.6.1. O fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à Contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

10.7. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

10.8. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

10.8.1. A fiscalização não efetuará o atesto da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

10.9. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

10.10. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o termo detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

10.11. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias corridos, contados do recebimento provisório, pelo gestor do contrato, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo aos seguintes procedimentos:

- 10.11.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelo fiscal ou fiscais técnico e administrativo, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pela Contratada, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações;
- 10.11.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à Contratada, por escrito, as respectivas correções;
- 10.11.3. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
- 10.11.4. Comunicar à empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.
- 10.12. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à Contratada para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 10.13. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pela Contratada, de inconsistências verificadas na execução dos serviços ou no instrumento de cobrança.
- 10.14. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

- 10.15. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma deste Termo de Referência, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.
- 10.16. O prazo de que trata o subitem anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 10.17. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- 10.17.1. o prazo de validade;
- 10.17.2. a data da emissão;
- 10.17.3. os dados do contrato e do Contratante;
- 10.17.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 10.17.5. o valor a pagar; e
- 10.17.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 10.18. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a Contratada providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.
- 10.19. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.
- 10.19.1. A contratada também deverá estar regular perante o Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça, perante o Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas, mantido pela Controladoria-Geral da União e comprovação de regularidade quanto ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas também mantido pela Controladoria-Geral da União.
- 10.20. A Administração Contratante deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do Contratante, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

- 10.21. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.
- 10.22. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 10.23. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada a Contratada ampla defesa.
- 10.24. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a Contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de Pagamento

- 10.25. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX)$, sendo: $I = [(6 / 100) / 365]$ com $I = 0,00016438$ e $TX = 6\%$ (percentual da taxa anual)

- 10.25.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da liquidação da despesa, nos termos do art. 7º, § 2º, da Instrução Normativa SEGES nº 77, de 4 de novembro de 2022.

Forma de Pagamento

- 10.26. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela Contratada.
- 10.27. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 10.28. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 10.28.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação do Pagamento

- 10.29. Em nenhuma hipótese será admitida a antecipação de pagamento.

Cessão de Crédito

- 10.30. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, e conforme as regras deste Termo de Referência.

- 10.31. As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do Contratante.
- 10.32. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte da Contratada (cedente), a celebração da cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, tudo nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.
- 10.33. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratada) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração Contratante.

11. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- 11.1. A futura Contratada será selecionada por meio do critério de julgamento pelo menor preço (menor valor global por lote)

Exigências de habilitação jurídica

- 11.2. Para fins de habilitação jurídica, deverá o participante comprovar os seguintes requisitos:
- 11.2.1. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- 11.2.2. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 11.2.3. **Microempreendedor Individual – MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 11.2.4. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 11.2.5. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020;
- 11.2.6. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 11.2.7. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- 11.3. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.
- 11.4. O participante deverá comprovar a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso.
- 11.5. O participante deverá comprovar a regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da

Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

- 11.6. O participante deverá comprovar a regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).
- 11.7. O participante deverá comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
- 11.8. O participante também deverá estar regular perante o Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça e o Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas, mantido pela Controladoria-Geral da União.

Exigências de qualificação técnico-operacional e técnico-profissional

- 11.9. O participante deverá comprovar aptidão para execução de serviço de complexidade equivalente ou superior com o objeto desta contratação, por meio da apresentação de certidões ou atestados, emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.
- 11.10. Tendo em vista resguardar o interesse público e garantir que os serviços sejam executados por profissionais qualificados, será exigida para fins de habilitação no certame licitatório documentação que comprove capacidade técnica e técnico-operacional, conforme a seguir:
 - 11.10.1. **Prova de registro ou inscrição do Responsável Técnico e da empresa licitante** junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA – ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, conforme recomenda o Acórdão TCU nº 10362/2017 – Segunda Câmara;
 - 11.10.2. **Para atendimento à qualificação técnico-operacional:** certidões ou atestados de capacidade técnica, regularmente emitidos pelo CREA ou CAU, que demonstrem a capacidade operacional, tendo o licitante executado para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, ou ainda, para empresas privadas, os seguintes serviços com as respectivas quantidades mínimas:
 - a) **Execução de MANUTENÇÃO EM SISTEMAS DE COMBATE A INCÊNDIO E PÂNICO em imóvel residencial, comercial ou industrial com área construída mínima de 1.500m² (um mil e quinhentos metros quadrados).**
 - 11.10.3. **Para atendimento à qualificação técnico-profissional:** apresentação de profissional de nível superior, ARQUITETO OU ENGENHEIRO, reconhecidos pelo CREA ou CAU, detentor de atestados de responsabilidade técnica, devidamente registrados junto ao CREA ou CAU da região onde os serviços foram executados, acompanhados das respectivas Certidões de Acervo Técnico – CAT, expedidas por estes Conselhos, que comprovem ter os profissionais executado para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, ou ainda, para empresa privada, serviços relativos a:
 - b) **Execução de MANUTENÇÃO EM SISTEMAS DE COMBATE A INCÊNDIO CONTRA INCÊNDIO E PÂNICO em imóvel residencial, comercial ou industrial com área construída mínima de 1.500m² (um mil e quinhentos metros quadrados).**
- 11.11. Nos termos do Art. 67, I e § 6º, os profissionais indicados e apresentados como detentores de acervo técnico deverão participar do objeto da contratação, cabendo à licitante contratada comprovar o **vínculo do profissional habilitado** em até 10 (dez) dias após assinatura do contrato com o TRE/RN, a fim de atender à recomendação contida nos Acórdãos TCU nº 103/2009 – Plenário e 73/2010 – Plenário; que poderá ser efetuada pela apresentação de qualquer dos seguintes documentos: a) cópia da carteira de trabalho (CTPS), em que conste o licitante como contratante; b) contrato social do licitante em que conste o profissional como sócio; c) contrato de prestação de serviços pelo profissional ao licitante, mesmo que sem vínculo trabalhista.

- 11.12. No caso de dois ou mais licitantes ou interessados apresentarem atestados de um mesmo profissional como responsável técnico, como comprovação de qualificação técnica, estes deverão ser inabilitados.
- 11.13. O Atestado Técnico apresentado para habilitação neste certame deverá comprovar a aptidão para a execução de serviços com características similares em complexidade técnica e operacional equivalente ou superior aos serviços previstos.
- 11.14. Caso solicitado, o licitante ou interessado disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.

12. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 12.1. O custo estimado total da contratação encontra-se anexo ao edital do certame licitatório.

13. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 13.1. O objeto da contratação está previsto no PCA 2023, sob o código ENG.XOO_23.26.
- 13.2. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento ordinário do TRE/RN.
- 13.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

14. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 14.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- 14.1.1. Der causa à inexecução parcial do contrato;
- 14.1.2. Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 14.1.3. Der causa à inexecução total do contrato;
- 14.1.4. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- 14.1.5. Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- 14.1.6. Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 14.1.7. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 14.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

- 14.2. Serão aplicadas a Contratada que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- 14.2.1. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- 14.2.2. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4 deste Termo de Referência, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- 14.2.3. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7 e 14.1.8, bem como nos subitens 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4 deste Termo de Referência, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave;

14.2.4. **Multa:**

- 14.2.4.1. 0,5% (cinco décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração Contratante, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

14.2.4.2. 0,5% (cinco décimos por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem anterior, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

14.2.4.3. 0,5% (cinco décimos por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

14.2.4.4. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso injustificado na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 5% (cinco por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias corridos autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

14.2.4.5. 0,5% a 4,0% sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas seguintes:

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,5% sobre o valor mensal do contrato
2	1,0% sobre o valor mensal do contrato
3	2,0% sobre o valor mensal do contrato
4	3,0% sobre o valor mensal do contrato
5	4,0% sobre o valor mensal do contrato

Tabela 1: grau da infração e percentual a ser aplicado.

Infração	Condutas	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais (aplicação de multa por ocorrência).	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo justificado, os serviços contratuais (aplicação de multa por ocorrência).	05
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados (aplicação de multa por funcionário/dia).	04
4	Recusar-se a executar os serviços determinados pela fiscalização.	04
5	Retirar funcionário durante a realização do serviço, sem a anuência prévia do Contratante e sem a devida substituição.	03
6	Não registrar e controlar a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal.	02
7	Deixar de cumprir determinação formal ou instrução complementar de Órgão fiscalizador.	02
8	Deixar de encaminhar, quando exigido, documentação para que o Contratante possa efetuar o pagamento pelos serviços prestados.	01
9	Não substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço (aplicação de multa por funcionário/dia).	02
10	Deixar de cumprir quaisquer dos itens do edital ou aviso de contratação direta e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo Contratante (aplicação de multa por ocorrência).	02
11	Substituir o preposto sem notificar o Contratante.	01
12	Encaminhar funcionário para realizar os serviços sem fardamento, identificação, equipamentos, ferramentas, materiais e/ou EPIs adequados (aplicação de multa por funcionário/dia).	04

Tabela 2: Condutas e grau de infração correspondente.

14.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

- 14.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a de multa.
- 14.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa da Contratada no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação;
- 14.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante a Contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente;
- 14.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 14.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 14.6. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 14.6.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;
- 14.6.2. As peculiaridades do caso concreto;
- 14.6.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 14.6.4. Os danos que dela provierem para o Contratante;
- 14.6.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 14.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.
- 14.8. A personalidade jurídica da Contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.
- 14.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.
- 14.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.
- 14.11. Os débitos da Contratada para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes do contrato ou de outros contratos administrativos que a Contratada possua com o Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

15. CONSIDERAÇÕES FINAIS

- 15.1. Por tudo o que foi exposto, é nossa convicção que a contratação dos serviços aqui elencados suprirá a demanda de manutenções preventivas e corretivas nos sistemas de combate a incêndio e pânico das edificações de propriedade do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte na cidade de Natal, assegurando o bom funcionamento quando necessário.
- 15.2. Objetivando a realização de pregão eletrônico ou contratação direta, serão informados códigos CATMAT ou CATSER de itens similares no Comprasnet. Desta forma, as especificações técnicas dos códigos informados não corresponderão exatamente às especificações deste Termo de Referência e seus anexos,

devendo ser adotadas na íntegra as especificações deste Termo de Referência e seus anexos, que serão exigidas e observadas após conferência técnica, no momento do recebimento e aceite do objeto.

Natal, 14 de março de 2024.

José Haroldo Machado Júnior
Analista Judiciário - Engenheiro
SENGE/COADI/SAOF